



O CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL *THE CONCEPT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT*

Antonio Carlos ESTENDER¹
Tercia de Tasso Moreira PITTA²

Resumo: Este trabalho propõe apresentar o desenvolvimento sustentável, que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Transparência. Responsabilidade Social.

Abstract: This paper aims to present the Sustainable Development, which considers the needs of the present without endangering future generations in relation to their possibility to serve their own needs.

Keywords: Sustainable development. Transparency. Social Responsibility.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório Our Common Future, quando a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou a seguinte definição para o conceito: “É a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland apud Scharf, 2004, p.19).

Camargo (2003, p. 43) cita outra definição para o termo também apresentado na Comissão de Brundtland:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Para Elkington (2001), mesmo com o conceito formulado, inicialmente, a idéia de desenvolvimento sustentável era entendida como a harmonia entre a questão financeira e ambiental.

Muitas empresas aderiram a esse conceito, pois acreditavam que esse era um desafio de “esverdeamento” dos negócios, tornando-os mais eficientes e reduzindo custos.

Mesmo que todas as empresas no mundo desenvolvido alcançassem níveis de emissão de poluição zero até o ano 2010, a Terra ainda estaria estressada além do que os biólogos se referem como capacidade de suporte. De forma crescente, os flagelos do final dos anos 20 – terras assoladas, pesca predatória e florestas devastadas, poluição urbana, pobreza, doenças infecciosas e migração – estão indo além das fronteiras geopolíticas. O fato é que, ao atendermos às nossas necessidades, estamos destruindo a capacidade das gerações futuras atenderem às delas (HART apud ELKINGTON, p. 74, 2001).

Segundo Almeida (2002), durante a Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, a crescente discussão foi buscar conciliar a atividade econômica com a preservação do meio ambiente.

Conforme Nobre & Amazonas (2002), o pensamento que se ressaltou durante a Comissão de Brundtland foi abordado pelo secretário Jim MacNiell,

¹Mestre em Administração; Especialista em Comunicação, Marketing, Administração Hoteleira, Educação e Administração em Negócios; Professor Universitário da UnG, Unipalmars, Unimes e Fundetec. estender@uol.com.br

²Mestre em Educação e História da Cultura; Psicopedagoga Clínica e Institucional; Pedagoga; Professora da UnG. tercia_pitta@yahoo.com.br



que destacou que a capacidade de regeneração dos recursos naturais se tornava comprometida, em função do seu consumo de forma desenfreada.

De acordo com Elkington (2001:74), dez anos após a Comissão, viu-se que somente a resolução de questões ambientais – que tanto afligiam a sociedade e o meio organizacional – não resolveria os problemas de uma economia global sustentável. Seria necessário atingir outros meios para se conseguir a sustentabilidade. “Aqueles que pensam ser a sustentabilidade somente uma questão de controle de poluição não estão vendo o quadro completo” (HART apud ELKINGTON, p.74, 2001).

Percebeu-se então que a questão a ser tratada não era somente uma ambiental ou econômica, mas sim uma questão social.

Hart ainda afirma que “(...) será cada vez mais difícil para as empresas fazerem negócios, tendo em vista o empobrecimento dos clientes, a degradação do meio ambiente, a falência dos sistemas políticos e a dissolução da sociedade” (HART apud ELKINGTON, p.75, 2001).

Conforme interpretação de Scharf (2004), o objetivo do desenvolvimento sustentável seria a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, se refere aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida da população.

De acordo com Viola (1996), durante a Conferência da ONU, ECO-92, documentou-se o crescimento da consciência sobre os problemas do sistema econômico vigente. Esse fato promoveu a discussão entre a relação do desenvolvimento socioeconômico e as transformações ecológicas.

O plano de sustentabilidade da Agenda 21, apresentado na ECO-92, fixava três áreas de desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Scharf também defende que o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares.

Colombo apud Instituto Ethos, (p.78, 2006), durante conferência realizada em Chapel Hill, EUA, em 1999, também faz alusão ao conceito de desenvolvimento sustentável, quando menciona que a ele teriam sido

adicionadas às questões econômicas e sociais, além da questão ambiental que já estava envolvida no conceito anterior, o que resulta na visão do Triple Bottom Line.

Diante das considerações acima, pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu até que se chegasse à composição de três pilares: social, econômico e ambiental.

OS TRÊS PILARES

De acordo com Buarque, as ações de desenvolvimento sustentável devem buscar atuar simultaneamente dimensões, econômica, social e ambiental.

Pilar Econômico

De acordo com Elkington (2001, p. 77), na visão convencional, o pilar econômico se resume ao lucro da empresa, portanto para calculá-lo os contadores utilizam apenas dados numéricos. A abordagem que será feita desse pilar, entretanto, requer uma busca de sustentabilidade econômica da empresa a longo prazo. É preciso entender como as empresas avaliam se suas atividades são economicamente sustentáveis, e isso passa necessariamente pela compreensão do significado de capital econômico.

Em uma visão simplista, ainda segundo o autor, o capital de uma empresa é a diferença entre seus ativos e suas obrigações e pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico e capital financeiro.

Ao avaliar esse pilar, levando-se em consideração o conceito de DS – desenvolvimento sustentável –, será preciso incutir na idéia de capital econômico, os conceitos de capital humano e intelectual, que, conforme Elkington (2001), foram incorporados gradativamente ao entendimento de capital econômico, sem mencionar os conceitos de capital natural e social, que a longo prazo passam a ser fundamentais para a avaliação desse pilar.

O Pilar Social

Para muitos teóricos, questões como a da desigualdade social e da educação, entre outras, não fazem parte do conceito de sustentabilidade, assim como a questão econômica e ambiental. Para esses autores o



que realmente importa é que, se o sistema social não estiver equalizado, isto é, estiver progredindo como um todo, a questão ambiental e também a economia não irão progredir da maneira desejada.

John Elkington (2001) trata dessa questão como “em parte ela (capital social) considera o capital humano, na forma de saúde, habilidades e educação, mas também deve abranger medidas mais amplas de saúde da sociedade e do potencial de criação de riqueza”.

Francis Fukuyama, autor do livro *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*, afirma que “o capital social é uma capacidade que surge da prevalência da confiança em uma sociedade ou em partes dela”. E, “capacidade de as pessoas trabalharem juntas, em grupos ou organizações, para um objetivo comum”. Essa união da sociedade visando o desenvolvimento pode ser benéfica para que o objetivo das ações seja atingido.

O autor ainda menciona que se a sociedade trabalhar junta, em contato com as normas e regras, o objetivo-resultado será atingido de maneira mais facilitada.

A sustentabilidade a longo prazo pode ser verificada através da relação entre os membros da organização e os seus consumidores. Essa relação de transparência gera mais resultados para a organização, pois a consciência adquirida pela sociedade atual faz com que a relação entre ambos seja estreita e ainda aumente o anseio de as empresas participarem cada vez mais de ações em prol social e assim aumentar a capacidade de dissipar a desigualdade social.

O pilar ambiental, próximo a ser tratado, será o que se relaciona com a questão social e também com a econômica.

Pilar Ambiental

Segundo Elkington (2001, p. 81), quando se pensa na pobreza, na escravidão e no trabalho infantil, pode-se considerar que as iniciativas sociais tenham uma história mais ampla que as iniciativas ambientais. No entanto, o autor afirma que, apesar de uma série de interesses sobre a questão social e a auditoria na década de 1970, a agenda ambiental deve ganhar destaque na atualidade.

Elkington (2001, p. 83) afirma que as empresas precisam saber avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso compreender primeiramente o significado da expressão capital natural.

O conceito de riqueza natural não é de fácil definição. Elkington comenta essa dificuldade utilizando o exemplo de uma floresta. Na opinião do autor, não basta contar o número de árvores para se avaliar seu capital natural, é preciso avaliar, entre outros aspectos, a “riqueza natural que sustenta o ecossistema da floresta”, os benefícios por ela gerados, a flora, a fauna e os produtos dela extraídos, que podem ser comercializados.

Elkington (2001, p. 83) defende a existência de duas formas principais de capital natural: O ‘capital natural crítico’, que seria aquele fundamental para a perpetuidade do ecossistema, e o capital natural renovável ou substituível, sendo este, no entendimento do autor, os recursos naturais renováveis, recuperáveis ou substituíveis.

Após a compreensão dos conceitos acima, ainda segundo Elkington, as empresas precisam: identificar quais as formas de capital natural impactadas pelas suas operações, avaliar se elas são sustentáveis, se o nível de estresse causado é sustentável e, finalmente, se o equilíbrio da natureza está sendo afetado de forma significativa.

De acordo com Almeida (2002, p. 64), a maior dificuldade não está em elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável, mas sim em colocá-lo em prática.

As empresas devem gerir o desenvolvimento sempre considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Segundo o autor, para que o conceito seja colocado em prática é preciso que se estabeleçam como critérios:

- “Democracia e estabilidade política;
- Paz;
- Respeito à lei e à propriedade;
- Respeito aos instrumentos de mercado;
- Ausência de corrupção;
- Transparência e previsibilidade de governos;
- Reversão do atual quadro de concentração da renda em esferas local e global”.

Scharf menciona também a dificuldade de se colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável por envolver uma mudança na cultura da organização e de seus funcionários, além de demandar tempo e recursos financeiros.



Ainda no entendimento de Scharf, para que a empresa seja sustentável, é preciso minimizar seus riscos, criando condições para um futuro mais estável, garantindo a continuidade do negócio e o relacionamento amigável com a sociedade. A autora identifica onze indicadores de sustentabilidade:

1. Mantém uma perspectiva de rentabilidade econômica no médio-longo prazo.
2. Opera dentro da lei, sem passivos que possam gerar prejuízos inesperados.
3. Minimiza sua dependência de recursos esgotáveis ou sujeito a escassez.
4. Minimiza seus impactos sobre os recursos naturais e a paisagem.
5. Desenvolve produtos ou serviços que contribuem para o que é percebido pela sociedade como um benefício social e ambiental.
6. Estabelece uma relação de respeito e minimiza o conflito com seus funcionários, fornecedores, clientes, acionistas e outros stakeholders – ou seja, os diversos atores que têm interesses diretos ou indiretos no empreendimento.
7. Cultiva a eficiência no uso dos recursos renováveis e não-renováveis – com investimentos em tecnologia avançada e soluções de longo prazo –, assim como se preocupa com os impactos de seus bens e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida.
8. Reduz os resíduos e recicla os materiais que descarta.
9. Tem transparência na gestão independente de possuir capital aberto, promovendo assim a confiança dos acionistas, investidores, fornecedores, clientes, etc.
10. Evita o uso de formas de propaganda maliciosa, que induzam o público a confundir a verdadeira atuação da empresa com ações beneficentes que não influenciam sua atuação.
11. Relaciona-se com demandas de ordem global (o aquecimento do planeta ou o surgimento de consumidores

engajados em outros continentes) e local (a comunidade que a sua atuação afeta).

Para a autora, o desenvolvimento sustentável se tornou imprescindível à sobrevivência das empresas e do próprio planeta Terra. No seu entendimento, uma empresa que visa à sustentabilidade deve ser transparente e capaz de avaliar seu desempenho socioambiental. A melhor maneira de se fazer isso é por meio do relatório anual de sustentabilidade.

Esse relatório aponta diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais referentes ao desempenho da empresa, além de ressaltar seus valores. Trata-se de um documento que melhora o envolvimento da organização com os stakeholders e oferece ao empreendedor uma visão geral de sua gestão, facilitando assim a auto-avaliação de seu negócio. “Para uma multinacional, publicar um balanço de sustentabilidade é uma questão de sobrevivência. Isso porque quem legitima a sustentabilidade é o stakeholder” (Fijihara, apud Scharf, 2004, p. 24).

Scharf ressalta três tipos de balanço socioambiental, utilizados no Brasil:

1. O balanço proposto pelo Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é o mais antigo deles, que através de uma planilha apresenta detalhadamente os números relacionados à responsabilidade social da empresa.
2. O Guia de Elaboração de Relatórios e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial, elaborado pelo Instituto Ethos, utiliza a planilha do Ibase, porém apresenta de forma mais detalhada as ações e princípios desenvolvidos pela empresa. Ele apresenta indicadores sociais, econômicos e ambientais, onde se esclarece os objetivos em relação à produtividade, investimentos, bem-estar da força de trabalho e seus direitos e impactos sobre o meio ambiente, como poluição, desmatamento entre outros.
3. GRI – Global Reporting Initiative, lançado em 1997, utilizado mundialmente, tem por objetivo tornar o balanço socioambiental cada vez mais popular e é um dos relatórios para se comparar o desempenho das empresas.



Scharf (2004:22) menciona que, para o consultor Sérgio Esteves, a sustentabilidade nas empresas depende de um aumento em sua democracia com o objetivo de estabelecer soluções conjuntas, respeitando as opiniões de todos os envolvidos no negócio. “Há três meios de induzir uma mudança de comportamento nas empresas, de modo a reduzir seus impactos sobre o meio ambiente e a sociedade: os mecanismos de comando e controle, a auto-regulação e os instrumentos econômicos” (Scharf, 2004, p. 22).

Segundo Scharf (2004), quando se cria uma área de desenvolvimento sustentável ou ambiental nas empresas brasileiras, elas são subordinadas à área de Marketing, quando na verdade deveriam ficar sob a guarda de seus diretores, responsáveis por tomar as decisões. “O empenho da diretoria é essencial e é preciso atribuir autoridade a um alto funcionário da área ambiental (...). Entretanto, todos os empregados devem se envolver no cumprimento das metas sociais e ambientais, com o apoio da diretoria e o reconhecimento de seus méritos” (Esteves, apud Scharf, 2004, p.21).

Segundo Ricardo Young, presidente do UniEthos, há um constante aprimoramento das práticas empresariais relacionadas à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), e existem, inclusive, empresas já bem evoluídas nesse sentido, estando próximas da excelência.

Para Young (2007), essas empresas caminham:

“(...) em direção a modelos de maior consistência sistêmica, como o de sustentabilidade empresarial, derivado do conceito de desenvolvimento sustentável (DS), este emanado do conceito de responsabilidade social e trazido para a prática de negócios por meio do modelo do Triple Bottom Line” (www.ethos.org.br, visitada em 14/10/2007).

Young comenta que os modelos de RSE e DS apresentam propósitos equivalentes quando analisados sob o aspecto conceitual e sob os fatores que basearam a sua criação. Ambos sugerem a criação de valor tanto no âmbito social quanto no econômico, com o intuito de beneficiar a sociedade e as gerações futuras e defender a importância da comunicação e participação de todas as áreas interessadas da empresa.

Pode-se dizer, num amplo sentido, que uma organização pratica de modo genuíno a RSE quando é gerida em concordância com os princípios e os temas focais do DS. Portanto, é indispensável para a prática de uma gestão socialmente responsável que os administradores conheçam em profundidade e tenham plena compreensão da filosofia e das propostas do DS e da razão pela qual essa abordagem é crucial para a perpetuidade dos empreendimentos (ETHOS, 2007, p. 11).

Segundo Tenório (2004, p. 25), é do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) a idéia de que a Responsabilidade Social Empresarial faz parte do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Melo Neto e Froes (2002), a responsabilidade social é parte integrante do conceito de desenvolvimento sustentável e estaria inserida na dimensão social que, juntamente com as dimensões econômica e ambiental, constituem os três pilares desse conceito.

Diante dos pressupostos teóricos e a discussão transcorrida ao longo do texto, é pertinente pensar sobre algumas questões.

Caberia à educação um lugar especial no desenvolvimento sustentável?

Gostaríamos de enfatizar a questão educacional, porque ela não se encontra em destaque nos três pilares da sustentabilidade? Ela aparece de forma sutil, e, ao contrário disso, necessitamos de olhares mais atentos aos três pilares comentados pelos teóricos Buarque & Elington. Segundo eles, a educação está presente, mas acreditamos que ela aparece em subitens mencionados.

Os que elas apontam em termos educacionais aparecem de forma tímida ou nas entrelinhas, e o formato das questões e itens não são esclarecedores nem evidenciam sua importância.

Segundo Brundtland, o desenvolvimento sustentável deve focar principalmente as futuras gerações, pois é de acordo como essa geração satisfaz suas necessidades, é que está acarretando problemas sociais, ambientais e econômicos para as futuras gerações.

Como pensar em qualidade de vida se anteriormente não discutimos poluição? Como falar sobre futuras gerações se anteriormente não pensamos sobre riqueza global, desmatamento, pesca predatória, conseqüentemente, saúde e doenças?



Qual é o maior interessado nessas questões? O homem, que é o principal protagonista dessa problemática.

Qual é o papel das instituições? Escola, empresa, igrejas e outras autarquias?

Um projeto.

Mediante tal proposta, será importante traçarmos objetivos bem definidos sobre o que queremos com o **pilar educacional**. E, por meio dele, trabalharmos não só a empresa, mas todos os envolvidos que possam viver, se apropriar, defender, enxergar as metas a atingir. Com certeza, o homem, seu principal protagonista.

Portanto, ao projeto educacional nomearíamos **eco-educação**.

Justificá-lo, mostrar os incentivos de tal proposta, caracterizar-se-ia pela urgência da situação que já enfrentamos.

Os objetivos são distintos, um para cada empresa, outros às escolas, às igrejas, mas substancialmente, todos estariam falando de conscientização e educação do homem. Eles seriam:

- Listar pessoas das empresas, das igrejas, das escolas e da comunidade em torno das instituições e/ou autarquias;
- Construir um cronograma de encontros de acordo com os participantes;
- Organizar temas para a realização de reuniões;
- Desenvolver metodologias de trabalho visando à participação prático-teórica de todos;
- Elaborar dinâmicas de grupos fundamentadas em teorias psicodramáticas;
- Dividir grupos de trabalho e de disseminadores;
- Trazer pessoas para depor sobre suas regiões atingidas e sua convivência com o caos das mesmas;
- Promover eventos, feiras, fóruns, seminários para, trocar projetos e divulgá-los com outras instituições;

- Designar grupos ou pessoas qualificadas para trabalhar com crianças e adolescentes;

- Elaborar parcerias com todos os segmentos da região como: lideranças de bairros, sindicatos, museus, etc.

Os objetivos expostos sensibilizariam e modificariam posturas e comportamentos, e de acordo com as necessidades das instituições e/ou das autarquias, novos objetivos apareceriam, pois, à medida que as pessoas se apropriassem dos conteúdos, elaboraríamos novas metas.

O projeto tem natureza dinâmica e, se pensarmos o quanto o homem e a natureza se modificam, teremos uma longa jornada para concluir o **Projeto Eco-educacional**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. 1. ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo. *O que é responsabilidade social de empresas para o consumidor: significado e influências*. http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/pdf/pev41618.pdf#search=%22oliver%20sheldon%22. Acesso: 10/09/2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

SCHARF, Regina. *Manual de Negócios Sustentáveis*. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

DUARTE, C. O. S.; TORRES, J. Q. R. **Responsabilidade Social Empresarial: dimensões históricas e conceituais**. Marcos Jardim Freire (Orient.). Rio de Janeiro: UFRJ. Acesso em 10/09.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.



FONSECA, Francisco. *A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”*. <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/342.pdf#search=%22modelo%20fordista-keynesiano%22>. Acesso: 10/09/2007

FUKUYAMA, Francis (1995). *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York. The Free Press.

GRAYSON DAVIS, Hodges Adrian. *O que é necessário saber transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócios*. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/bioetica/etica.html>. Acesso: 21/09/2007.

HART, Stuart. *Capitalism at the Crossroads*. USA: Wharton School Publishing, 2005.

HART, Stuart e SCHARMA, S. *Engaging Fringe Stakeholders for Competitive Imagination*, 2004.

INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade Social das Empresas. A contribuição das Universidades*. 1. ed., vol. 4. São Paulo: Peirópolis. 2005.

MCINTOSH, M.; LEIPZIGER, D.; JONES, K.; COLEMAN, G. *Cidadania corporativa. Estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis*. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística Ltda. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2001.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O caso brasileiro Da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social*. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2001.